

Recibo Eletrônico de Protocolo - 0020748508

Usuário Externo (signatário): JOSE MANOEL FERREIRA GONCALVES
Data e Horário: 28/02/2024 12:13:57
Tipo de Peticionamento: Processo Novo
Número do Processo: 010.00001922/2024-82
Interessados:
JOSE MANOEL FERREIRA GONCALVES
Protocolos dos Documentos (Número SEI):
- Documento Principal:
- Requerimento Pedido de informações e providencias 0020748506

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas.

Ofício nº. 0213/2024

Guarujá, 28 de fevereiro de 2024.

Ao

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

Ref.: Restauração do Teatro Coliseu em Santos/SP

A **AGUAVIVA, Associação Guarujá Viva**, entidade sem fins lucrativos representante da Sociedade Civil do Guarujá e da Baixada Santista, vem, respeitosamente, trazer ao conhecimento Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, CONDEPHAAT, informações e providências a respeito de obras de restauração em prédio histórico que abriga o Teatro Coliseu no Município de Santos/SP.

O Ministério Público instaurou uma Ação Civil Pública relatando os prejuízos encontrados, dentre eles, destacamos esses trechos:

Entre os serviços imprevistos relatados para justificar os aditivos estão as "pinturas decorativas do teto e das paredes localizadas no hall ou foyer de entrada do Salão Nobre, ou foyer superior".

 Avenida Santos Dumont, 1307 - Sítio Paecara - Guarujá/SP

 (13) 97801-6446 |  contato@guaruja.org.br

 www.guaruja.org.br/aguaviva

Estas pinturas “são elementos fundamentais para o Teatro Colyseu pois, através delas é que será recuperada a ambientação original, permitindo que o teatro volte a ter a concepção cromática e ambiental original, recuperando, assim, o requinte e o cuidado que este teatro teve ao ser construído e que foi sendo degradado no decorrer do tempo”.

Na avaliação do MP, isso revela “serviços completamente diferentes daqueles que foram inicialmente contratados e constaram na planilha orçamentária original”.

Pelas razões destacadas e as demais listadas pelo Ministério Público na petição inicial da Ação Civil Pública 1034449-37.2017.8.26.0562, solicitamos informações e providencias do CONDEPHAAT para garantir que o patrimônio tombado seja preservado e devolvido à sociedade.

A AGUAVIVA reitera seu compromisso com a transparência, a participação democrática e a defesa dos direitos difusos do cidadão, dentre eles o direito a cultura e a preservação de sua história.

Com os melhores cumprimentos, subscrevo-me atentiosamente,



ENG. JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES
Presidente da AGUAVIVA – Associação Guarujá Viva

ANEXO 01

https://www.diariodolitoral.com.br/santos/ministerio-publico-cita-dolo-e-ma-fe-em-restauracao-do-teatro/179613/?fbclid=IwAR3FBawKhSY-fuO3GI7RJXm31sQ1wr--qslreO_84xtZ28fqv73ST7rAIVM

<https://www.diariodolitoral.com.br/santos/tribunal-apontou-irregularidades-no-coliseu-mas-prefeitura-de-santos/179615/>

 Avenida Santos Dumont, 1307 - Sítio Paecara - Guarujá/SP

 (13) 97801-6446 |  contato@guaruja.org.br

 www.guaruja.org.br/aguaviva



SANTOS

Ministério Público cita 'dolo e má fé' em restauração do Teatro Coliseu

Entre os serviços imprevistos relatados para justificar os aditivos estão as "pinturas decorativas do teto e das paredes localizadas no hall ou foyer de entrada do Salão Nobre, ou foyer superior"

NILSON REGALADO E CARLOS RATTON

Publicado em 28/02/2024 às 07:30
Atualizado em 28/02/2024 às 11:27

COMENTAR:

COMPARTILHE:



Na avaliação do promotor, esse dano moral ficou explícito não só pela demora na entrega do prédio histórico à população santistas, mas, também, pela necessidade de interdição do Teatro Coliseu sete anos após o término das obras, em 2013 / IGOR DE PAIVA / DIÁRIO DO LITORAL

[Siga as notícias do Diário do Litoral no Google Notícias](#)



“decorreram de manifesta má fé de todos” os 14 acusados e, “principalmente, da própria empresa beneficiada”. [Dos 21 aditamentos, 12 foram autorizados pelo ex-prefeito Beto Mansur \(1997/2004\). O também ex-prefeito João Paulo Tavares Papa \(2005/2012\) assinou outros nove.](#)

LEIA TAMBÉM

- [MP pede R\\$ 128 mi a Mansur, Papa, Fifi e outros 11 réus por dano ao erário](#)
- [Prefeitura de Santos culpou Estado e chuvas por atraso nas obras do Coliseu](#)
- [Tribunal apontou irregularidades no Coliseu, mas Prefeitura de Santos arquivou denúncia](#)

Faça parte do grupo do Diário no [WhatsApp](#) e [Telegram](#).
Mantenha-se bem informado.

“Os requeridos (réus) causaram prejuízo de ordem material ao erário municipal (cofres públicos), bem como violaram diversos princípios regentes da Administração Pública”, resumiu o MP.

“Além disso, também causaram danos de ordem moral à sociedade santista, pois causaram a inutilização do Teatro Coliseu por dez anos”, completou o promotor de justiça Lúcio Camargo de Ra Junior em sua peça inicial.

Entre os serviços imprevistos relatados para justificar os aditivos estão as “pinturas decorativas do e das paredes localizadas no hall ou foyer de entrada do Salão Nobre, ou foyer superior”.

Estas pinturas “são elementos fundamentais para o Teatro Colyseu pois, através delas é que será recuperada a ambientação original, permitindo que o teatro volte a ter a concepção cromática e ambiental original, recuperando, assim, o requinte e o cuidado que este teatro teve ao ser construído e que foi sendo degradado no decorrer do tempo”.

Na avaliação do MP, isso revela “serviços completamente diferentes daqueles que foram inicialmente contratados e constaram na planilha orçamentária original”.

Portanto, segundo o Ministério Público “houve um total desvirtuamento daquilo que originalmente havia sido licitado e contratado, sem qualquer avaliação de preços, análise sobre a viabilidade de nova licitação ou compatibilidade com o mercado e violação ao limite máximo de 50% do valor do contrato original”.



Newsletter



Na avaliação do promotor, esse dano moral ficou explícito não só pela demora na entrega do prédio histórico à população santistas, mas, também, pela necessidade de interdição do Teatro Coliseu sete anos após o término das obras, em 2013.

Na avaliação do Ministério Público, não era aceitável que após um investimento que superou os R\$ 20 milhões surgissem “problemas na acústica, curto-circuito, princípio de incêndio, goteiras, problemas de refletores, no ar-condicionado, nos elevadores, e queda (de parte) da fachada”, conforme relatado pela Imprensa em diversas reportagens publicadas em 2013.

Nesse período, o Teatro Coliseu ficou fechado por mais 11 meses e os reparos consumiram mais R\$ 2 milhões, em valores da época. Assim, diante do ‘conjunto da obra’, o MP solicitou ao juízo que os “requeridos” sejam “condenados a compensar os danos extrapatrimoniais (danos morais) no montante de 50% do valor do prejuízo ao erário”.

Portanto, só a título de dano moral, o MP requereu o pagamento de R\$ 14, 3 milhões, a ser pago pelos 14 réus solidariamente. Na petição inicial, o promotor pediu a indisponibilidade de bens dos acusados.

Prefeitura de Santos culpou Estado e chuvas por atraso nas obras do Coliseu

A [Prefeitura de Santos justificou os atrasos nas obras jogando a responsabilidade](#) para ‘São Pedro’ e para o Governo do Estado. Segundo a Municipalidade, [as chuvas teriam atrapalho o andamento das obras, especialmente na primeira fase da restauração](#) do telhado, por exemplo. O Estado também teria deixado de repassar as chamadas ‘verbas carimbadas’, isto é, recursos que só podem ser usados para um fim específico. Esse é o caso das verbas DADE, enviadas às estâncias turísticas e climáticas anualmente a partir de recursos do orçamento do Estado.

Faça parte do grupo do Diário no [WhatsApp](#) e [Telegram](#).
Mantenha-se bem informado.

Esse dinheiro deve ser usado pelas prefeituras exclusivamente para o incremento da infraestrutura turística e cultural desses municípios. Mas, segundo a Prefeitura de Santos, as verbas DADE que [seriam destinadas para a restauração do Teatro Coliseu](#) não cumpriram o cronograma acertado com o Estado.

Logo, esses supostos atrasos no envio do dinheiro pelo Estado para o Município acabavam retardando o pagamento pelos serviços prestados pela Construtora Akio. E isso teria provocado episódios extremos, até de debandada de trabalhadores da obra.

Nos dez anos desde o início da obra até a entrega do Teatro Coliseu de volta à sociedade, pelo menos três anos teriam sido marcados por paralisação nos serviços devido à falta de repasses por parte do Estado.

O Ministério Público contesta essa versão, citando que os repasses de verbas DADE não foi descontinuado. Mas, a Prefeitura alegou que o dinheiro enviado pelo Estado era ‘carimbado’ para serviços e obras relacionados a outros contratos.

NÃO VAI CONTESTAR.

Convocada a se manifestar nos autos da ação civil pública, a Prefeitura de Santos optou por “abster-se





direcionada a agente público, o que se denota facilmente pelo teor tanto da causa de pedir quanto dos pedidos formulados na inicial”.

Os dois advogados da Prefeitura alegam ainda que “nenhum dos pedidos de cunho condenatório foi formulado em face do Município de Santos, bem como na causa de pedir da ação o poder público não foi, sequer, mencionado, como nenhum fato narrado foi a ele atribuído”.

Assim, “o Município de Santos irá se abster de responder a presente causa”.

Tribunal apontou irregularidades no Coliseu, mas Prefeitura de Santos arquivou denúncia

[Siga as notícias do Diário do Litoral no Google Notícias](#)

O [ponto de partida para a investigação inicial por parte do Tribunal de Contas do Estado](#) foi uma denúncia formalizada pela Construtora Jabali. A empresa foi derrotada na licitação vencida pela Construtora Akio e [argumentava que o valor proposto pela vencedora tornava ‘impossível a execução da obra no valor proposto’](#) sem reajustes e aditamentos. E dava como exemplo [supostas inconsistências nos custos](#) para o rebaixamento do lençol freático, compra de portas e janelas, impermeabilização do prédio, reforma dos elevadores e reconstrução das arquibancadas do Teatro.

Porém, a denúncia da Jabali foi considerada infundada. Mas, ela escancarou outras situações. “Após exauriente instrução no TCE/SP, os aditamentos foram apreciados na 1ª Câmara do Tribunal de Contas e resumiu o Ministério Público na ação civil que tramita na 1ª Vara da Fazenda Pública de Santos.

Faça parte do grupo do Diário no [WhatsApp](#) e [Telegram](#).

Mantenha-se bem informado.

Após análise de documentos requeridos à Prefeitura, em 2010 o Tribunal de Contas “reconheceu a irregularidade de todos os aditamentos realizados”.

FALTOU IDONEIDADE.

Em sua decisão, o TCE acusou a “ausência de justificativa idônea para a prorrogação da obra de 30 meses para cerca de dez anos”.

E citou a “ausência de comprovação e motivação para os sucessivos realinhamentos de preços, com violação a parecer da Assessoria Jurídica Municipal, ausência de prova técnica dos valores atribuídos aos termos de reequilíbrio, acréscimos de serviços que ultrapassaram em muito o limite legal de 50% previsto para reforma, ausência de pesquisa de preços e estudo para análise da compatibilidade do preço dos aditamentos com o mercado”.

Diante do julgamento desfavorável, a Prefeitura de Santos apresentou recurso ordinário à decisão da 1ª Câmara do Tribunal de Contas. Porém, o recurso foi negado no Pleno do TCE. Ato contínuo, a Administração Municipal foi citada para que apresentasse “as providências adotadas em relação às irregularidades apontadas”, especialmente “quanto à apuração de responsabilidades”.

O então prefeito João Paulo Tavares Papa instaurou uma sindicância. Porém, o presidente da Comissão Permanente de Inquérito, Eduardo Jorge Rodrigues de Miranda e os membros Mauro Mandira e Sara



Newsletter



Mas, os documentos recolhidos pelo TCE foram remetidos ao Ministério Público, que abriu um inquérito civil preparatório para a ação civil pública.

“A Construtora Akio Ltda., e seus sócios, procuradores e representantes legais igualmente agiram com dolo e má-fé, pois mesmo diante de tantas ilegalidades decidiram, com conhecimento e vontade, participar da sequência de ilicitudes, aferindo vantagens patrimoniais”, acusou o Ministério Público.

“Além do enriquecimento ilícito e do dano ao erário, os requeridos também violaram os princípios da administração pública, especificamente os da impessoalidade, moralidade e legalidade”, completou o promotor de justiça.

Toda a argumentação contida na ação civil pública contou com laudos periciais emitidos pelo Centro de Apoio à Execução (CAEX) do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Apoie o Diário do Litoral

A sua ajuda é fundamental para nós do Diário do Litoral. Por meio do seu apoio conseguiremos elaborar mais reportagens investigativas e produzir matérias especiais mais aprofundadas.

O jornalismo independente e investigativo é o alicerce de uma sociedade mais justa. Nós do Diário do Litoral temos esse compromisso com você, leitor, mantendo nossas notícias e plataformas acessíveis a todos de forma gratuita. Acreditamos que todo cidadão tem o direito a informações verdadeiras para se manter atualizado no mundo em que vivemos.

Para o Diário do Litoral continuar esse trabalho vital, contamos com a generosidade daqueles que têm a capacidade de contribuir. **Se você puder, ajude-nos com uma doação mensal ou única, a partir de apenas R\$ 5. Leva menos de um minuto para você mostrar o seu apoio.**

Obrigado por fazer parte do nosso compromisso com o jornalismo verdadeiro.

NOS APOIE →



Newsletter

VEJA TAMBÉM



SANTOS



TEATRO COLISEU

TEATRO COLISEU

Defesa diz que obra é motivo de 'orgulho' para réus

- MP pede R\$ 128 mi a Mansur, Papa, Fifi e outros 11 réus por dano ao erário





Orquidário de Santos

'afronta à moral sexual'

advogados citam 'atronta à moral sexual'

DECISÃO

Juíza admite prescrição, mas acata ação por 'dano ao erário'

bairro do Embaré, em Santos, já estão concluídas

ÚLTIMAS



PRAIA GRANDE

Ruas de Praia Grande começam a receber pavimento asfáltico

Ação é resultado de convênio firmado entre a Prefeitura do município e a Sabesp



POLÍCIA

Mais um suspeito é detido furtando em galpão incendiado da Receita Federal

Guardas municipais estavam em ronda na Rua João Pessoa quando avistaram um indivíduo saindo do local



Newsletter

Os nascidos entre 1940 e 1992 já podem obter o vale hoje

Investimento Inteligente | Patrocinado

Saiba mais

Leilão de Imóveis Residenciais

Mega Leilões | Patrocinado

Volkswagen supera concorrentes mais uma vez: veja os novos modelos

Parceiro Volkswagen | Patrocinado

Os nascidos entre 1940 e 1992 podem obter o voucher hoje

Investimento Inteligente | Patrocinado

Saiba mais



Desbloqueie o potencial oculto do seu computador! Aprenda Como!

Outbyte Driver Updater | Patrocinado

Clique aqui

5 gotas diárias: O segredo dos Médicos de Campinas para perder 10kg de gordura!

Moricita | Patrocinado

Testar

Cansado da lentidão do computador? Existe uma maneira de deixá-lo 30 a 40% mais rápido

Outbyte Driver Updater | Patrocinado

Clique aqui

Sandália masculina de couro em liquidação

Sandália OrtoComf Roman | Patrocinado

Ver ofertas

Descubra o segredo médico para perder até 10kg de gordura visceral!

Moricita | Patrocinado



Newsletter

VOLTAR AO TOPO ^

EDITORIAS

Publicidade Legal

CIDADES

Bertioga

SOBRE

Expediente

REDES SOCIAIS



Cotidiano

Esportes

Colunistas

Mundo

Polícia

Sindical e
Previdência

Artigo

3 por Três

Especial Publicitário

Diário Mais

Nacional

Variedades

Itanhaém

Mongaguá

Peruíbe

Praia Grande

Santos

São Vicente

Publicidade

Redação

Sobre

Termos de Uso

Nos Apoie

WHATSAPP

[REDES SOCIAIS](#)

Notícias pelo
WhatsApp

Fale Conosco



SITE AUDITADO

